EDITORIAL

A temática central da Revista SER Social nº 27, que é Políticas e Programas Específicos, permitiu acolher um conjunto de trabalhos com análises sobre os desafios colocados ao Estado e à sociedade, no sentido de, a um só tempo, reafirmar a proteção social de base universalizante e reconhecer o direito dos desiguais de alcançar a equidade. Este cenário requer que se aliem às políticas redistributivas gerais políticas afirmativas que, reconhecendo as desvantagens comparativas de segmentos e grupos específicos, desenvolvam ações e programas particulares voltados para o atendimento de suas demandas, visando seu fortalecimento enquanto coletivo social.

No conjunto de artigos destaca-se o debate sobre a prevalência dos programas de transferência de renda no contexto das políticas de combate à pobreza. No primeiro deles, encontramos o debate sobre concepções de necessidade e renda mínima. Na perspectiva marxiana, atrelada aos dados do Programa Bolsa Família, as autoras Adriana Azevedo Mathis, Maria Antônia Nascimento e Vera Lúcia Gomes indicam a incidência do mesmo no suprimento de determinadas necessidades indispensáveis à sobrevivência dos mais desfavorecidos. No segundo texto, sobre a Evolução do Programa Bolsa Família no período de 2004-2009, com foco na Região Nordeste do Brasil, Silvana de Queiroz, Maria Alice Remy, Júlia Modesto e Luis Abel da Silva Filho afirmam que os programas de transferência de renda buscam minimizar os efeitos da pobreza e os riscos sociais. No terceiro artigo, Solange Maria Teixeira trata sobre o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família, referenciando-se na experiência européia para analisar o caso da América Latina e do Brasil.

Os artigos seguintes tratam da análise de políticas específicas e têm início com a política de educação voltada para a juventude

brasileira. No artigo, Ana Cristina de Oliveira, Carlos Soares Barbosa, Vânia Cardoso da Motta problematizam distintas orientações de políticas públicas utilizadas nos governos Lula. Ressaltam avanços do Estado na gestão das políticas educacionais e sua capacidade de transformar a dominação por meio de políticas sociais consideradas assistencialistas, focalizadas e compensatórias.

O artigo de Newton Gomes Júnior, Lavínia Pessanha e Paulo Mitchell discute a importância da alteração do artigo 6º da Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 64/2010, que introduz o direito humano à alimentação como princípio orientador e, conseqüentemente, a responsabilização do Estado nessa questão. Para tanto, além do debate sobre a adequada satisfação das necessidades, abordam a demanda pelo uso de diferentes métodos de aferição e de base de dados nacionais para mensurar a segurança alimentar e nutricional.

Ainda no âmbito das políticas específicas, destaca-se a análise da política de inclusão socioespacial, a partir da experiência nas vilas-favelas de Belo Horizonte. Ricardo Carneiro, Flávia Brasil, Bruno França e Thiago Barbosa ressaltam traços inovadores na referida experiência, tanto nos marcos regulatórios como na abordagem multidimensional presente no desenho do Programa de Intervenção Estrutural e dos Planos Globais Específicos.

Além de trabalhos sobre a temática específica, a revista apresenta artigos sobre temas livres, pertinentes ou afins à política social. Entre eles, destacam-se três artigos. O primeiro diz respeito à produção de conhecimento científico a partir da dimensão teórica do Serviço Social. Argumentam Mônica da Nóbrega e Cleomar da Fonseca que essa produção está em sintonia com a direção social do projeto ético-político profissional. O segundo, de Geraldo Pereira Júnior e Eunice Fávero, traz relato de pesquisa sobre realidades de adolescentes com base na relação escola,

conselho tutelar e saúde mental. O último artigo, de Júlia Clímaco, contém relato de experiência a partir da visita a uma escola de educação especial em Brasília e reflete sobre a invisibilidade dos direitos das pessoas deficientes.

Desejamos a todos boa leitura.

Os Editores